

APRESENTAÇÃO

Este número de Confluências traz como temática de fundo a relação entre direito, sociedade, pesquisas de campo e história, perpassando a historiografia contemporânea e revisões epistemológicas a partir do paradigma interdisciplinar.

A pesquisadora Gladys Sabina Ribeiro abre este número com artigo que se volta para a discussão, a partir da análise dos processos de homologação de sentenças estrangeiras, do trânsito de bens entre Brasil e Portugal que envolvem imigrantes portugueses. Na sequência, Sandro José de Oliveira Costa traz à discussão significativo problema envolvendo os aspectos éticos no âmbito das mídias sociais constitutivas da esfera pública. O pesquisador Jorge Luís Rocha da Silveira, por sua vez, apresenta uma abordagem da questão da memória e do registro histórico acerca da magistratura no Brasil.

O papel da mídia e os limites éticos e legais que esta enfrenta quando se lança à empreitada investigativa é o tema seguinte, debatido pelos pesquisadores Edson Fernando Dalmonde e Wanise Cabral Silva. Na continuidade, Wilson Madeira Filho e sua equipe (Leonardo Alejandro de Gomide Alcântara, Ivan Ignácio Pimentel, Denise da Silva Vidal, Thais Maria Lutterback Saporetti Azevedo, Carolina Weiler Thibes, Jamile Medeiros de Souza e Alessandra Dale Giacomini Terra), a partir de entrevistas realizadas em bordéis no Rio Trombetas elaboram texto original plasmando a fala de uma prostituta arquetípica.

Os quatro contributos seguintes são voltados ao debate de elementos atinentes ao século XIX: Priscila Petereit de Paola Gonçalves analisa a discriminação das rendas no Brasil com base nos debates da primeira Assembléia Nacional Constituinte da República. A atuação do Ministério Público ao longo do período Imperial brasileiro é investigada no texto apresentado por Adriano Moura da Fonseca Pinto e Sandra de Mello Carneiro Miranda. Philipi Gomes Alves Pinheiro, por sua vez, vai abordar os acessos e direitos femininos ao longo do período oitocentista. E um estudo comparativo acerca do papel do Juiz de Paz oitocentista, no Brasil e na França, é apresentado pela pesquisadora Kátia Sausen da Motta.

Elementos que tensionam a relação entre conhecimento e prática social permeiam os demais textos. Edina Schimansk e Jussara Ayres Bourguignon elaboram reflexão epistemológica sobre a categoria interdisciplinaridade no terreno científico das ciências sociais, conjugando a premissa de que o conhecimento é construído socialmente e sua articulação a partir da prática cotidiana dos sujeitos. Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro

examina a validade das audiências públicas no campo do licenciamento ambiental, levantando críticas metodológicas, em especial no caso concreto da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), em Anchieta, no estado do Espírito Santo. Napoleão Miranda aborda o fenômeno do consumo enquanto inerente à prática social, ponto nodal para compreensão do indivíduo na era do capital e na condição pós-moderna. Fábio Ferraz de Almeida, por sua vez, abordará o senso comum, destacando uma visão fenomenológica para tratar atividades, circunstâncias e raciocínio sociológico prático como tópicos de um estudo empírico, em perspectiva onde seria possível perceber o fenômeno jurídico como um processo de construção social. Por fim, realizando a etnografia da pesca de cerco em uma comunidade caiçara no litoral sul fluminense, Ivan de Oliveira Pires (in memoriam) e Ricardo Papu Martins Monge demonstram, através desta arte de pesca, uma interessante forma para o diálogo do conhecimento científico e do saber local/tradicional.

Esperamos que os textos mencionados possam instigar o nosso interesse, enquanto leitores, para aprofundarmos a reflexão interdisciplinar sobre áreas significativas da nossa cultura.

Gilvan Luiz Hansen
Wilson Madeira Filho